



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A CIDADE É DE QUEM? DIREITO À CIDADE EM SALVADOR. UMA PERSPECTIVA FEMININA

ANNANDRA LÍS VIANA RODRIGUES¹

JOSÉ ROBERTO SEVERINO²

RESUMO: O presente trabalho é fruto das atividades da Agência Experimental em Comunicação e Cultura através do seu Observatório da Cultura Popular, possui um cunho jornalístico, pautado pela revista JaÉ 2018.1 Mulheres Atentas. Tem como núcleo o direito à cidade em Salvador sob a perspectiva de mulheres de três organizações diferentes. As narrativas sobre a construção e ocupação da cidade revelam aspectos da estrutura complexa do urbanismo soteropolitano. O recorte de gênero e raça dados na formação da cidade faz-se explícito em todos os relatos. Observa-se a predominância masculina branca ocupando os espaços de poder. O planejamento urbano é claramente delimitado aos detentores do poder de fala. Apesar de movimentos como os das entrevistadas apresentem perspectivas de transformações interculturais, o racismo institucionalizado e outras formas de limitação são recorrentemente denunciados.

Palavras-chave: extensão universitária; protagonismo feminino; urbanismo; racismo.

ABSTRACT: This article is a product of the activities realized by the Agência Experimental em Comunicação e Cultura (Communication and Culture Experimental Agency), through his Observatório da Cultura Popular (Popular Culture Observatory). Has a journalistic bias, stipulated by Revista JaÉ 2018.1 - Mulheres Atentas (JaÉ Magazine - Attentive Women). As a main theme, city rights in Salvador under the perspective of three women, all of different organizations. Narratives about city's construction and occupation reveals us aspects of the Salvador's town planning complex structure. Race and gender sectioning gave on city's formation was present in all reports. It's viewable the white man presence in all power spaces. The town planning it's clearly restrict to power of speech owners. Although the interviewed women's movements shows intercultural transformation perspectives, institutionalised racism and other limitation forms are frequently reported.

Key-words: college extension; women's leading role; town planning; racism.

A Agência Experimental em Comunicação e Cultura (AECC) surgiu a partir de inquietações de alunos e professores que visavam tratar de temas relacionados à cultura dentro da Universidade Federal da Bahia. Em novembro de 2007 dá-se o início a uma soma de projetos de pesquisa e extensão relativos à comunicação e cultura popular. Sua criação foi proporcionada por recursos provenientes do edital PROEXT

¹ Acadêmica da Faculdade de Comunicação do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal da Bahia. E-mail: annandralis@hotmail.com.

² Professor adjunto da Faculdade de Comunicação –UFBA, tutor da Agência Experimental de Comunicação e Cultura.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Cultura 2007 que engloba as atuais: Agência de Notícias em CT&I, Agenda de Arte e Cultura e Agência Experimental em Comunicação e Cultura, que à época eram um só projeto, integrando o Centro de Comunicação, Cidadania e Democracia, na área de comunicação e direitos humanos, fazendo uma ponte entre a Universidade Federal da Bahia e sociedade civil.

A Agência Experimental em Comunicação e Cultura aposta em um modelo diferenciado de extensão universitária. Seu principal objetivo é estabelecer laços entre universidade e comunidade, proporcionando um diálogo e reconstrução da imagem, muitas vezes marginalizadas, que essas comunidades têm. A Agência se destaca por assumir uma postura de responsabilidade social para que o contato firmado com as comunidades não seja unilateral, com o usual olhar colonizador adotado nas pesquisas universitárias.

Os projetos desenvolvidos pela Agência não têm fins lucrativos, bem como não visam favorecer nenhuma entidade empresarial. Os agenciadores da instância são voluntários movidos pelo amor à cultura popular e à comunicação comunitária. Atualmente a Agência conta com dois bolsistas, sendo uma bolsa remanescente do edital PROEXT e uma bolsa Permanecer, possibilitando a permanência de estudantes na graduação. O processo seletivo para novos agenciadores acontece semestralmente, seguindo o calendário acadêmico da Universidade Federal da Bahia e aceita inscrições de alunos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e a habilitação em Produção em Comunicação e Cultura além dos alunos dos diferentes Bacharelados Interdisciplinares, acolhendo alunos com matrícula ativa na UFBA.

Os trabalhos desenvolvidos na extensão universitária objetivam consolidar uma ponte entre produção popular e produção universitária, dando a oportunidade para que alunos e comunidade trabalhem juntos na construção de uma nova narrativa onde as pessoas possam ser protagonistas das suas próprias histórias. A Agência Experimental em Comunicação e Cultura se propõe a fazer reflexões sobre práticas



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

culturais e comunicacionais por meio da realização de projetos em longo prazo, atuação em assessoria de imprensa a movimentos sociais e comunitários, promoção de cursos de capacitação à mobilizadores sociais, documentação e mapeamento de manifestações populares e comunitárias.

Três grandes projetos são desenvolvidos pela Agência Experimental em Comunicação e Cultura. São eles: Observatório da Cultura Popular, a Revista JaÉ e a Agência. Todos perpassam pelo mesmo objetivo através de caminhos diferentes. Muitas vezes, um só trabalho acolhido pela Agência Experimental é abordado nos três projetos, seguindo o objetivo de manter relações com os trabalhos desenvolvidos na extensão.

O Observatório da Cultura Popular e a Revista JaÉ foram substanciais para o desenvolvimento do presente trabalho. Através deles pudemos traçar um paralelo entre as questões de desenvolvimento social e urbano com as questões de gênero e raça. Os trabalhos realizados na Agência Experimental de Comunicação e Cultura têm caráter interdisciplinar para contemplar a pluralidade das culturas presentes nas comunidades parceiras.

1. Observatório da Cultura Popular

O Observatório tem o papel transformador de estreitar os laços com os verdadeiros produtores de cultura popular. Por meio de entrevistas humanizadas o observatório faz mapeamentos das manifestações culturais e sociais. Muitas vezes o trabalho se desdobra em produtos audiovisuais, como é o caso do documentário do centenário Terreiro Bate Folha².

Além das produções audiovisuais o Observatório busca, sobretudo, aproximar os saberes dos mestres e mestras da cultura popular com os produtores de conhecimento na academia. Os trabalhos realizados pelo Observatório são feitos em conjunto com a comunidade, que se alegra ao ver-se reconhecida nos trabalhos da



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

universidade. Com os 10 anos de funcionamento do Observatório da Cultura Popular, pode-se perceber que as produções da extensão despertam nas pessoas o orgulho de fazer parte desse projeto. É notória a felicidade expressa ao verem suas histórias reverberando na produção da Universidade Federal da Bahia.

O projeto é uma experiência transformadora também para os alunos que dele participam. É um modo de ressignificar a relação do estudante com a cidade e de estreitar os laços com a comunidade ao entorno da instituição. O Observatório da Cultura Popular está apoiado no tripé que sustenta a universidade, ensino-pesquisa-extensão. Através dele o Observatório alia atividades teóricas e práticas que, de forma pioneira na Faculdade de Comunicação, ajudam a discutir o desenvolvimento social, político e cultural das comunidades envolvidas.

2. Revista JáÉ

A Revista JáÉ atua de forma transversal aos demais projetos da Agência Experimental de Comunicação e Cultura. O seu objetivo é a elaboração de matérias sobre temas vinculados às ações da Agência. É uma forma de difundir os trabalhos que são realizados pela AECC junto às comunidades durante o semestre.

Ao longo dos dez anos da AECC, a revista JáÉ passou por diversas modificações, desde o inicial boletim da Facom, entregue aos calouros na primeira semana, até a atual revista em formato digital que conta com as editorias raiz, comunidade, perfil, capa, eixo, páginas verdes e especial.

O principal papel da revista JáÉ é dar visibilidade aos trabalhos realizados na comunidade que estão distantes da grande mídia. A revista se propõe a realizar a comunicação comunitária como uma forma de democratização dos meios de informação. A prática do jornalismo cidadão é exercitada nos agenciadores desde o seu ingresso através de uma oficina de entrevistas realizada pelo tutor da Agência, professor, dr. José Roberto Severino, utilizando uma abordagem humanizada.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

4. Jaé 2018.1 Mulheres Atentas

A edição da revista Jaé 2018.1 teve como tema Mulheres Atentas. Nela foram abordadas histórias de mulheres que fazem a diferença nos núcleos sociais em que estão inseridas. Após um ano de muitas tensões políticas e a simbologia do assassinato da ex-vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), a equipe da Agência Experimental de Comunicação e Cultura se propôs dar visibilidade às ativistas da cidade de Salvador. Nesta edição estão concentradas seis matérias, uma entrevista ping-pong e a grande reportagem “A Cidade é de quem? Direito à cidade em Salvador”, tema do presente artigo.

O protagonismo feminino é o maior objetivo desta edição que tem todas as matérias assinadas por mulheres, com apenas colaboração dos homens da Agência Experimental em Comunicação e Cultura, ademais, conta também com uma editora-chefe que organizou as pautas. As histórias contadas em Mulheres Atentas são perpassadas pelo feminismo negro, pobre, LBT, que abarcam as minorias, que muitas vezes, não se vêem representadas nos discursos feministas.

Questões como violência doméstica denunciam o machismo enraizado e o descaso do estado, também machista, que está despreparado para receber mulheres vítimas de agressões. A revista se tornou um espaço para denúncias e autoafirmação. Um espaço aberto para que as mulheres contem suas próprias histórias como protagonistas, bem exemplificado na matéria “O samba não morre, ele se une e samba junto” em que Natureza França relata sobre a importância dos movimentos culturais para a mudança na forma em que as pessoas vêem os bairros suburbanos. Sua tese do mestrado em dança perpassa por questões identitárias e de isolamento espacial, bem como a grande reportagem “A cidade é de quem? Direito à cidade em Salvador”



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Espaços como a revista Jaé são importantes para a mudança dos velhos conceitos segregadores. Como força motriz dessa mudança temos como capa a história de Jamile Costa, ativista negra, lésbica e gorda que, à partir de descontentamentos com os coletivos feministas, decide criar, junto a um grupo de amigas, o coletivo Elekô que se propõe a pautar singularidades que o feminismo não abarca com a expressão devida. A fim de acolher as mulheres negras, pobres e periféricas, o coletivo Elekô se infiltra em demais organizações sociais propondo um debate justo onde as minorias das minorias tenham espaço e lugar de fala.

5. A cidade é de quem?

Na edição Mulheres Atentas o jornalismo cidadão da revista JaÉ se propõe a discutir as questões de segregação racial na cidade de Salvador. Com o fruto de três entrevistas a mulheres de diferentes organizações nasce a grande reportagem sobre direito à cidade. Foram quatro mulheres entrevistadas contando sobre suas trajetórias de luta em relação a democratização da cidade, desde quem a constroi regular ou irregularmente a quem ocupa e não tem um teto sobre a cabeça.

Maura Cristina, militante do MSTB (Movimento Sem Teto da Bahia), nos conta sobre a luta pelo direito à moradia e o descaso do estado ao realizar movimentos de desapropriação. O surgimento do MSTB se dá pela necessidade de moradia de centenas de pessoas que vieram do interior do estado e outras partes do Brasil para trabalhar em grandes empresas, que após o período de isenção de impostos, retiraram suas filiais da cidade. Inicialmente 700 famílias resistiram na ocupação, hoje 13 anos depois, famílias ainda lutam junto ao MSTB pelo direito à terra, precisando enfrentar força policial e pressão do governo com recorrentes ameaças de despejo e detenção. Se organizar, segue sendo a melhor forma de resistência.

“Temos que resistir. Ficar nesse território, que é quebra de braço não é?! A partir daí iniciamos estudos e nos inspirando: quem são as nossas inspirações? Canudos, Palmares! E passamos a fazer leituras sobre tipos de resistências



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

que são feitas em nosso país. A partir daí ganhamos a queda de braço , não toda, mas ganhamos uma boa quantia e garantimos o direito à terra.”

A relação das pessoas com o seu território envolve questões de memória efetiva, frequentemente negligenciadas pelo governo ao realizar as desapropriações. Maura faz uma retrospectiva sobre o centro histórico. Os ocupantes dos casarões antigos são os negros que ficaram aqui depois que os colonizadores foram embora. Hoje em dia, essas famílias são as mais atingidas com a desapropriação direta ou indireta pela especulação imobiliária. Além do efeito de gentrificação, os habitantes do centro histórico têm suas memórias desprezadas ao serem expulsas do seu território.

“Eu moro em uma ocupação há 12 anos, se lá eu não estivesse e as demais pessoas que habitam, o prédio já teria sido demolido. O que faz o prédio existir são as pessoas! Se o Centro Histórico sobrevive até hoje é porque existem pessoas!”

Um exemplo citado por Maura é o incêndio da Baixa dos Sapateiros, onde as 32 pessoas que moravam ali ficaram desalojadas e o poder público ofereceu durante meses 230 reais para aquelas famílias sobreviverem. Esse dinheiro não é o suficiente para uma família se manter. Não custeava um aluguel ou indeniza pelas perdas materiais e simbólicas. Mais uma vez o MSTB entrou em cena para fazer negociações com o governo. Desde o desastre são contados cinco anos sobrevivendo com um aluguel social de 450 reais conseguindo após duras negociações. Após o relato, Maura nos deixa a interrogação “Quantas moradias em cinco anos, 32 famílias, recebendo essa quantia, já teria investido em empreendimento e reforma dos prédios do Centro Histórico? Por que não há interesse?”. “O Brasil é estruturado no racismo, quem mora nesses lugares tem cara e tem cor”

Consonante às causas do MSTB, as mulheres da RENFA (Rede de Feministas Antiproibicionistas) lutam por aquelas que são as mais atingidas pela proibição das drogas, as mulheres negras em situação de rua. A luta antiproibicionista ocupa um espaço também de luta racial. Nos encontros antiproibicionistas, porém, havia um hiato sobre os corpos femininos atingidos pelas drogas. Foi então que Luna Malheiro



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

e um grupo de mulheres se uniu para criar a RENFA, um movimento que abarca as mulheres que estão com seus corpos vulneráveis na rua.

Luana Malheiro é pesquisadora sobre mulheres em situação de uso de substâncias psicoativas pela UFBA, nos conta que o maior problema não é o crack. Mas a violência que essas mulheres sofrem por não ter onde morar. São as violências pelos ex-maridos que as expulsam de casa, as violências causadas pela família que se nega a aceitar a situação de rua, os estupros e abusos que as acometem na madrugada e o descaso do estado, que se nega a encarar essa realidade.

A RENFA se tornou um espaço para as mulheres em situação de rua se abrirem e discutirem as problemáticas que enfrentam. O lugar de fala dessas mulheres é respeitado. A RENFA produz encontros em que é possível democratizar o feminismo longe das falas rebuscadas da academia, dando voz à essas mulheres tão atingidas pela falta de cuidados assistenciais e urbanos. Movimento que Luana denomina de “feminismo achado na rua”.

Para modificar essa situação em que as pessoas, que realmente ocupam, não são ouvidas no processo de construção da cidade, é preciso que profissionais negros e periféricos ocupem as academias e o mercado de trabalho da área de planejamento urbano. Buscando elucidar as questões do afastamento dos negros nos espaços de poder, a equipe da JaÉ entrevistou Gabriela Leandro, professora adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e coordenadora da linha “Presença Negra na Produção da Cidade” do grupo de pesquisa Lugar Comum.

O processo de produção da cidade se dá de uma forma excludente. É muito nítido os espaços de privilégio e os negligência, especialmente em Salvador. Gabriela chama atenção para os locais onde os níveis de violência são maiores. É fácil perceber em quais localidades a morte é autorizada. Por experiência própria em planejamento urbano, ela relata que muitas vezes os projetos já vêm prontos dos gabinetes, o que dificulta a participação da comunidade na construção dos seus territórios.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

As cadeiras das faculdades de arquitetura e urbanismo são ocupadas pela elite. Uma elite que não conhece a periferia. Os estudos sobre esses bairros se dão como coisas pontuais e não como espaço de vivência cotidiana. Para mudar essa realidade é necessário que as pessoas que moram nesses locais ocupem a academia, não mais como objeto de estudo, mas como aquelas que produzem a cidade e que precisam ser legitimadas. Sobretudo as mulheres negras que são constantemente subjugadas e que enfrentam inúmeras batalhas para ocuparem seus espaços.

RIBEIRO (2017) aponta a multiplicidade de vozes e lança o questionamento sobre quais sujeitos têm o direito à voz em uma sociedade organizada nos princípios da branquitude, masculinidade e heterossexualidade. Posto o entendimento do *locus* como o lugar, localização, faz-se necessário que as pessoas falem à partir das vivências adquiridas nos seus territórios. É pautado nesse entendimento que é escrita a reportagem “A cidade é de quem? Direito à cidade em Salvador”. É necessário elucidar quem são os atuais construtores da cidade legitimados e quem realmente a ocupa.

Numa tentativa de registrar a mudança em curso, dada pelas cotas, a professora Gabriela Leandro organiza uma pesquisa para mapear arquitetos negros no mundo, partindo de Salvador. O objetivo desse início, segundo ela, é criar contra-narrativas ao conceito das grandes produções serem associadas ao sul e sudeste do país. A pesquisa que hoje conta com alunos da graduação voluntários e bolsistas está criando novas referências à partir do que esses arquitetos negros e negras têm produzido.

O conceito de lugar de fala reverbera por toda a edição Mulheres Atentas da revista JaÉ. Desde os trabalhos apresentados na reportagem “A cidade é de quem? Direito à cidade em Salvador” com os exemplos da professora Gabriela Leandro com o mapeamento dos arquitetos e os encontros promovidos pela RENFA com as mulheres em situação de rua, até a própria elaboração desta edição da revista movida pela força



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

feminina. É preciso que as mulheres falem sobre suas lutas. “É preciso estar atenta é forte.”

Segue reportagem final:

A cidade é de quem?

Direito à cidade em Salvador

Por Annandra Lís, Laís Rocha, Yasmin Cade
Colaboração de Adriano Motta e Erick Barbosa

“Todo o poder emana do povo”

Morar é pra quem tem coragem.

O negro, o pobre, as mulheres vítimas de violência doméstica, o descaso estatal, as ocupações, drogas e o sono sem sonhos de vários moradores de rua fazem parte do complexo sistema de urbanismo de diversas cidades do país. A questão da moradia em Salvador é visivelmente demarcada. É fácil de ler quem tem direito à cidade e quem fica à própria sorte nas ruas. Os repórteres da revista JAÉ ouviram três ativistas que militam em diferentes frentes do movimento por moradia na cidade. Cada uma, em seu núcleo de militância, participa de movimentos e ações para modificar a estrutura excludente em que a cidade se sustenta, fazendo valer o parágrafo primeiro da constituição: Todo poder emana do povo.

“Eu preciso morar e eu vou para essa luta”

Salvador vive um movimento de expulsar os moradores das suas casas devido à valorização de algumas áreas. A especulação imobiliária acaba afastando famílias que nasceram e cresceram nesses locais para a construção de novos prédios mais modernos e mais caros. Esse afastamento se dá diretamente com desapropriações ou



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

indiretamente com aumento de impostos e custo de vida nessas áreas.

Os desalojamentos forçados para a reestruturação da cidade não são diferentes em outros estados. Maura Cristina nos conta que já militava em São Paulo, sua cidade de origem, pela questão de moradia. Sua vinda para Salvador foi motivada justamente pela busca de tranquilidade para criar seu filho longe da luta por permanência. Porém, na vida, batalhas não se escolhem. Hoje Maura é ocupante e militante do Movimento Sem Teto da Bahia. Movimento instituído por baianos da capital, do interior e por uma paulistana que lutam juntos contra as pressões empresariais e governamentais que afastam o povo do direito à habitação no estado. “Eu preciso morar e eu vou para essa luta” afirma.

“Quando você expulsa pessoas do seu território, você tira dessas pessoas a história, você tira a vida delas.”. Maura fala sobre o descaso dos gestores públicos em desapropriar as áreas que lhes interessam sem buscar compreender as necessidades das famílias e a memória afetiva que foi criada por elas nesses lugares. O incêndio na Baixa dos Sapateiros é um exemplo do descaso do Governo. As 32 famílias que moravam ali foram desalojadas. “O governo chama a gente pra conversar e aí é estabelecido o aluguel social, na época era pra ser 230 reais. E aí nós fomos adiante nas negociações e provamos que com 230 reais não se mora. Pois bem, conseguimos provar e foi aprovado o valor de 450 reais. Estamos a cinco anos, essas famílias, sobrevivendo de 450 reais. Em quantas moradias, em cinco anos [o Governo] já teria investido em empreendimentos e reformas dos prédios do Centro Histórico? Por que não há interesse? São homens inteligentes que fazem isso, não é?” O Centro Histórico é um território majoritariamente negro. Não por acaso, é onde se encontra grande parte das ocupações de Salvador. “Aí nós temos que nos voltar pra história, como é que o Centro Histórico foi estruturado? Quando [os donos dos casarões] vão embora quem é que fica? Quem fez o Centro Histórico viver até hoje? Se não foi o povo negro?!” A divisão espacial da cidade é feita por nível social e, consecutivamente, pela cor de pele.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

“Feminismo achado na rua”

Os corpos femininos que vivem nas ruas de Salvador são os corpos mais vulneráveis da cidade. Caso durmam, as mulheres de rua podem ser estupradas e mesmo acordadas elas são as mais invisibilizadas e atingidas pelas agressões sociais. É para lhes dar espaço em um ambiente hostil que surge a RENFA, Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas. “Em nome de uma guerra às drogas trava-se uma guerra às pessoas [sobretudo às moradoras de rua]. Nesse contexto, é o corpo da mulher que está sob a mira.” Luana Malheiro, ativista da RENFA e pesquisadora da UFBA sobre mulheres em situação de rua e substâncias psicoativas nos conta quais as prioridades da rede. “Entendemos que não existia aqui na Bahia um campo onde as mulheres pudessem se organizar em torno dessa pauta. Você pode usar o crack que for, nada dá o direito de violar o seu corpo. A grande missão do nosso feminismo é o feminismo achado na rua, ou seja, estar nos territórios onde as mulheres são mais vitimadas por essa guerra e construir a luta com elas.”

A violência de gênero é um pontapé para o envolvimento das mulheres em situação de rua com as drogas. Para tentar apagar as dolorosas marcas da violência, elas passam a abusar do crack. Luana Malheiro, pesquisadora do tema, reitera que o crack não é o maior problema. “Passamos a entender que a questão não era o crack, era sobre esse conjunto de violências que a mulher sofria.” A violência não vem só de casa com os maridos abusadores ou a rejeição das famílias quando as vêem nas ruas. A agressão contra elas vem também do Estado, que deveria protegê-las. Luana nos conta que foi acompanhar uma companheira que tinha sofrido violência na rua à DEAM, Delegacia Especial de Atenção à Mulher. Ela morava com sua filha pequena na rua e o cônjuge a ameaçou de morte. Ao chegar à delegacia, Luana conta que ouviram de um funcionário que a Casa Abrigo não era para pessoas como sua companheira de luta porque ela é da rua e usa drogas. Luana complementa “ela saiu de lá completamente revoltada e fez uma pergunta que me deixou refletindo: ‘Então quer dizer que sou menos mulher que as outras mulheres só porque moro na rua?’.”.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Diante de um Estado agressor e uma sociedade preconceituosa, para as mulheres em situação de rua só existe um consenso: confiança, só nas próprias companheiras.

O projeto “Mulheres e Drogas: Nada sobre nós sem nossa participação” começou com o esforço das militantes da RENFA Luana Malheiro e Edisleide Bonfim, pesquisadora da área de saúde mental a respeito das políticas antidrogas atualmente impostas à sociedade brasileira, reuniu em um grande encontro em Recife mulheres e crianças em situação de rua para debater com conhecimento de causa sobre a realidade que vivem. “Foi uma experiência maravilhosa, pois foi a chance de debater com uma companheira que está usando crack. Falando uma linguagem diferente da feminista da academia”. Para Edisleide, que milita na área da saúde mental nas ruas há mais de uma década, a experiência com a RENFA a transformou. “O feminismo, para mim, foi o pontapé que faltava. Me modificou e me deu autoafirmação enquanto mulher.” Diante de um Estado agressor e uma sociedade preconceituosa, para as mulheres em situação de rua só existe um consenso: confiança, só nas próprias companheiras. “Nós discutimos sobre política no Brasil e na Bahia, mas também perguntamos sobre a companheira que nunca mais veio. **Foi o que aprendi nesse feminismo achado na rua. Vale mais o que construímos aqui.**”

“Processo de produção da cidade”

Salvador possui uma distribuição de serviços, equipamentos e investimentos, extremamente desigual. O Estado dispõe de uma burocracia que exclui as comunidades periféricas do planejamento urbano. Mesmo as reivindicações da população sendo entendidas como importantes, são muito pouco incorporadas nos planejamentos oficiais, que muitas vezes já vêm prontos dos gabinetes. “**O processo de produção da cidade passa também por definições políticas delimitadas.** Quais são os bairros que recebem maior tipo de investimento em iluminação pública? Quais são os bairros que recebem maior tipo de investimento em mobilidade, infraestrutura urbana? A gente tem a cidade muito demarcada nos espaços de



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

privilégio e nos espaços de negligência. Em termo de violência por exemplo... A gente pega as taxas de homicídio de Salvador e territorializa. É muito evidente quais são esses territórios onde a morte é autorizada.” nos conta Gabriela Leandro, professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA e coordenadora da linha “Presença Negra na Produção da Cidade” do grupo de pesquisa Lugar Comum.

Desde a graduação Gabriela percebeu que os espaços públicos são esquecidos na formação dos profissionais que constroem a cidade. “A periferia realmente é muito pouco encarada, a não ser como objeto de estudo muito específico, mas não como status de vivência cotidiana.” A academia reflete muito bem como se dá a formação das cidades e os privilégios de certas áreas. A elite que ocupa as cadeiras na universidade não anda pelos espaços públicos, não conhece a realidade das periferias e das ruas. “Acaba tendo historicamente a construção de um campo, que ainda que discuta questões sociais, é majoritariamente composto por profissionais que, em sua maioria, não vêm de realidades populares. Então se a gente pega no Brasil o corte racial vai ser bem explícito. A gente não tem muitos arquitetos e arquitetas negras. A gente não tem dados sobre isso.”

Na FAUFBA Gabriela desenvolve uma pesquisa com um time de estudantes de graduação (voluntários e bolsistas) para mapear onde estão esses arquitetos, para construir novas (e negras) referências na área. Entender o que esses arquitetos têm produzido, começando de Salvador e partindo para o mundo. Gaia reconhece que a historiografia da arquitetura brasileira se debruça muito sobre o sudeste e frisa a importância desse mapeamento no Nordeste. “Estamos tentando construir contra-narrativas sobre esses espaços de atuação. Trazer outras referências, conhecer esses trabalhos. Trazer a discussão desse campo para outras dimensões que não estão estabelecidas.” Pesquisar sobre esses profissionais e conhecer seus trabalhos é fundamental para acompanharmos o desenvolvimento das cidades sob o olhar de quem realmente a ocupa.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

QUEM OCUPA ESSE ESPAÇO?

MULHERES SEM TETO

A relação com as drogas

As mulheres, em sua maioria, saem de casa por serem vítimas de exploração sexual, violência física e relacionamentos perturbados. Na rua, suas vidas ficam ainda mais expostas. Para aguentar o dia-a-dia penoso recorrem às drogas ou são jogadas nelas para sobreviver.

MULHERES QUE OCUPAM

Quem são?

Em sua maioria, mulheres com filhos, com família. Que são obrigadas a sair de casa para manter distância do seu agressor. Trocam a convivência doméstica conflituosa pela realidade das ocupações onde existem outras mulheres que as acolhem.

MULHERES QUE MILITAM

Os movimentos sociais:

O feminismo acontece quando as mulheres se unem para ajudar umas às outras. São mulheres que, em sua maioria, não têm noção da importância do acolhimento que dispõem. Os movimentos sociais auto-organizados são frente de luta e resistência.

CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

Cadê essas mulheres?

Os cursos de Arquitetura e Urbanismo no país são compostos majoritariamente por mulheres. Mas o mercado de trabalho e as premiações seguem dominadas por homens. E as mulheres seguem à sombra como colaboradoras, mesmo quando fazem maior parte do trabalho.

ARQUITETOS E URBANISTAS NEGROS

Já conseguiram chegar lá?

A política de cotas raciais aproximou um pouco mais os negros da universidade. Mas, além do pouco tempo em vigor, as dificuldades para ingressar e se manter no curso faz com muitos ainda estejam distantes dessa realidade.



IMAGEM 1- Infográfico “Quem Ocupa Esse Espaço?”.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Bibliografia

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017.